

Entre o mito e a história: o padre que nasceu índio e a história de Oriximiná

Between myth and history: the priest who was born Indian and the history of Oriximiná

Márcio Couto Henrique

Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: O padre José Nicolino de Sousa é considerado o fundador do município de Oriximiná, no Pará. Entretanto, ele é cultuado sempre na condição de padre civilizador, sendo sua ascendência indígena quase nunca lembrada ou conhecida. Baseado em documentos do século XIX, tais como notícias de jornais, manuscritos e o diário deixado pelo religioso, este trabalho analisa a experiência histórica e a memória acerca de José Nicolino de Sousa, confrontando os mitos que se criaram em torno dele com o que revelam os documentos históricos. Concluiu-se que o povoado que deu origem a Oriximiná surgiu muito antes da viagem fundadora atribuída ao padre, sendo possível criar uma narrativa histórica mais inclusiva acerca da região, envolvendo sujeitos até então silenciados.

Palavras-chave: Mito. História. José Nicolino de Sousa. Índios. Oriximiná.

Abstract: Father José Nicolino de Sousa is renowned as the founder of the town of Oriximiná, in the state of Pará. Although he is admired as a civilizing priest, his native ancestry is almost never known or remembered. Based on 19th century documents such as newspaper reports, manuscripts and a diary written by the priest himself, this article analyses the historical events and recollections concerning José Nicolino de Sousa, contrasting the myths created about him with what historical sources reveal. One conclusion is that the settlement that became Oriximiná was established long before the founding journey attributed to the priest, and it is possible to create a more inclusive historical narrative about the region that includes the testimony of people who have been silent thus far.

Keywords: Myth. History. José Nicolino de Sousa. Indians. Oriximiná.

HENRIQUE, Márcio Couto. Entre o mito e a história: o padre que nasceu índio e a história de Oriximiná. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 1, p. 47-64, jan.-abr. 2015. DOI: 10.1590/1981-81222015000100003.

Autor para correspondência: Márcio Couto Henrique. Universidade Federal do Pará. Av. Augusto Correa, 1 – Guamá. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (mchenrique@hotmail.com).

Recebido em 13/07/2013

Aprovado em 18/03/2015



A 'INCIVILIZABILIDADE DO ÍNDIO'

No Brasil do século XIX, a ideia de que os índios não eram capazes de aprender era compartilhada por muitas pessoas. Marcados pela vida instintiva das selvas, a única coisa que estaria ao alcance de sua 'mentalidade infantil' seria imitar. Assim, por exemplo, ao criticar a forma como alguns índios lidavam com as práticas religiosas do catolicismo, Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província do Pará, dizia, em 1875, que o índio seria como "papagaio" que "faz automaticamente o que o padre manda", sem compreender o sentido da reza que lhe é ensinada. Batizado já em idade adulta, o índio semicivilizado pede novamente o batismo a cada ano que passa, escolhendo com antecedência um padrinho. Quando em uma freguesia não consegue mais padrinhos, que se recusam a exercer este papel por ele já ter sido batizado, parte para outras freguesias em busca de novos padrinhos, que lhe proporcionarão novos presentes (Pará, 1875, p. 56)¹.

José Veríssimo (1857-1916), importante intelectual da Amazônia oitocentista, depois de um período de crença na possibilidade de aperfeiçoamento do índio (Cunha, 1986), concluía, pessimista, em trabalho escrito em 1882, que "o índio é um indivíduo com quem a civilização não deve contar". Como prova disso, o autor dava o exemplo de um índio que, ao ser perguntado sobre que idade tinha, "o que ele só compreendeu depois de repetidas explicações, respondeu: – Um ano, paresque... Este cidadão de um ano tinha junto de si um filho de quatro ou cinco" (Veríssimo, 1970 [1878], p. 122-123)².

Outro testemunho dessa concepção é de Domingos Antonio Rayol (1830-1912). Ao fazer um balanço da

catequese dos índios do Pará desde os tempos coloniais, o autor lembrava que o jesuíta Antônio Vieira não cansava de exortar os demais missionários

para que fizessem de cada índio um bom cristão, sem temor de sacrifícios, invocando o exemplo do estatuário que com insano trabalho transformava a pedra bruta em figura humana de admiráveis traços (Rayol, 1968 [1902], p. 130).

Nos três exemplos anteriormente relatados, nota-se a mesma descrença na capacidade dos índios para aprender. Seja quando comparado com o papagaio, que somente repete o que ouve, ou à pedra bruta, que exigia trabalho do estatuário insano até apresentar figura humana de traços admiráveis, a ideia que sobressai é a de que "o índio é um indivíduo com quem a civilização não deve contar" (Veríssimo, 1970 [1878], p. 122).

Conforme observou Marta Amoroso, os missionários capuchinhos, responsáveis pela catequese indígena no Brasil do século XIX, identificavam a capacidade intelectual do indígena com a da criança. Diante do diagnóstico da 'incapacidade mental' dos índios, os capuchinhos construíram uma "pedagogia da imitação e do exemplo edificante" voltada para as populações indígenas aldeadas. Os índios não raciocinavam, mas conseguiam imitar comportamentos desejáveis" (Amoroso, 1998, p. 103). Na Amazônia oitocentista, era comum os capuchinhos referirem-se aos índios como "crianças grandes" ou povos que "estão na infância" (Henrique, 2007).

A ideia da suposta incapacidade indígena para a civilização chegou até o século XX, apesar de tantos

¹ Optou-se por atualizar a grafia de todos os documentos citados neste artigo. Para uma análise do modo como os índios realizaram a 'negociação de perdas' no espaço dos aldeamentos, reelaborando constantemente suas identidades, conferir Almeida (2003).

² A posição de José Veríssimo quanto à ideia da perfectibilidade dos índios ou das "raças cruzadas" da Amazônia (tapuios) sofreu oscilação ao longo dos anos. Em 1878, no trabalho intitulado "Raças cruzadas no Pará", sua crença na perfectibilidade das "raças cruzadas" foi sendo substituída pela defesa "de uma grande imigração, de uma raça vigorosa que (...) as aniquile assimilando-as" (Veríssimo, 1970 [1878], p. 86). Anos depois, o autor revê suas posições e passa a defender a educação como meio eficaz para a constituição de um cidadão pautado nos ideais do progresso e da ordem social, elementos típicos do Positivismo que ele defendia (Veríssimo, 1906 [1890]). Sobre o autor, ver Barbosa (1970) e Moraes (2011).

exemplos que evidenciam sua insustentabilidade³. Em um dos capítulos do livro “Amazônia, a terra e o homem”, publicado pela primeira vez em 1933, o historiador amazonense Araújo Lima abordou a questão da “incivilizabilidade do índio”, tese que ele considerava “ariscada, para não dizer temerária” (Lima, 1937, p. 134). O autor argumentava que não era mais possível sustentar a incapacidade do índio para assimilar a civilização, mas observava ainda existir, como “último recurso negativista”, “o argumento da instabilidade do novo estado de civilização que ele possa alcançar” (Lima, 1937, p. 314).

Como exemplo de “pretensos casos de documentação” que comprovariam a instabilidade do estado de civilização do indígena, Araújo Lima relatou a seguinte história: D. Macedo Costa (1830-1891), bispo do Pará entre 1861 e 1890, mandara, entre os seminaristas selecionados para estudar na França, um índio “de uma tribo do rio Xingu”⁴. Depois de ordenado padre, ele teria sido enviado para catequizar os índios da mesma região em que havia nascido. Passaram-se muitos anos sem notícias do índio-padre e já começavam a circular rumores de que ele teria tido um fim trágico, tornando-se, talvez, mártir do catolicismo. Foi então que,

para aquelas bandas, encaminhou-se em missão religiosa um frade, a quem Dom Antonio encarregou de sindicarem do paradeiro do padre índio. Voltou, depois de muito tempo, o missionário e, com ele, chegou a notícia de que não fora devorado pelas feras, nem abatido pelas febres, o doutor em teologia e direito canônico, que estava são e feliz, reintegrado à sua tribo dançando na taba, reidentificado com sua gente e seu meio, tendo renunciado às práticas do culto, às convicções religiosas e aos hábitos de cultura e civilização que adotara (Lima, 1937, p. 135).

Mais uma vez, nota-se o recorrente tema da “inconstância da alma selvagem” (Viveiros de Castro, 1992). Muito embora tenha obtido o título de doutor em teologia e direito canônico, o índio teria renunciado ao Cristianismo e aos “hábitos de cultura e civilização que adotara”. No fundo, prevalece a ideia de que seu aprendizado foi apenas superficial, compondo o quadro de uma exterioridade com a qual ele não se identificava e que sucumbiu ao primeiro contato com “sua gente e seu meio”.

Anos depois, o arcebispo do Pará, D. Alberto Ramos (1915-1991)⁵, revelou o nome do índio-padre ao qual Araújo Lima se reportara: José Nicolino de Sousa. Era ocasião do centenário de seu falecimento, e o arcebispo aproveitou para corrigir informações equivocadas reproduzidas por Araújo Lima e outros autores a respeito daquele religioso, “em torno do qual se teceram diversas lendas”, dizia o arcebispo (Ramos, 1982, p. 1). Preocupado em reafirmar a constância de sua conversão ao catolicismo, D. Alberto Ramos deu ao artigo publicado em sua coluna “Recanto do Pastor” o sugestivo título de “O índio que não deixou de ser padre”.

D. Alberto Ramos esclareceu que padre José Nicolino de Sousa foi vigário de Óbidos e atuou na região do rio Trombetas, muito distante do Xingu referido por Araújo Lima. Em poucas linhas, o arcebispo relatou a leitura que fez de autores que se referiram ao índio-padre (Oliveira, 1922; Cruis, 1973; Ferreira Reis, 1979; Lustosa, 1976), e concluiu dizendo que “para deixar tudo bem elucidado” a melhor fonte de pesquisa são cartas endereçadas a D. Macedo Costa pelo vigário de Óbidos, por ocasião da morte do religioso e publicadas no jornal A Boa Nova (Culerre, 1882, p. 1).

³ De longa data, é possível citar exemplos contrários a essa tese. O Padre João Daniel, no século XVIII, fazia referências à “grande habilidade e aptidão dos índios da América para todas as artes e ofícios da república, em que vencem, ou igualam os mais destros europeus... Onde, porém, realçam mais é nas missões e casas dos brancos, em que aprendem todos os ofícios, que lhes mandam ensinar, com tanta facilidade, destreza e perfeição, como os melhores mestres, de sorte que podem competir com os mais insignes do ofício” (Daniel, 1975, p. 250). O trabalho do jesuíta João Daniel foi escrito entre 1757 e 1776, período em que ele ficou preso em Lisboa, por ordem do Marquês de Pombal.

⁴ O envio de candidatos ao clero para estudar nos seminários europeus fazia parte da política de romanização, que pretendia, entre outras coisas, estreitar os laços da igreja católica brasileira com as diretrizes de Roma e moralizar o clero (Neves, 2009).

⁵ Dom Alberto Gaudêncio Ramos tinha profundo interesse pela história. Publicou o livro “Cronologia eclesiástica do Pará” (Ramos, 1985), que se constituiu como uma importante fonte de informações sobre a história da igreja na Amazônia.

No livro “Lendas e factos de minha terra”, publicado pela primeira vez em 1922, o padre Hosannah de Oliveira já se referia à lenda de que José Nicolino de Sousa teria

sido atacado pela nostalgia da floresta. Despira a batina, abandonara tudo e fugira para ir viver com os selvagens, vida erradia, entregue à caça e à pesca, esquecido completamente da educação que recebera e da civilização onde vivera, para morrer, revestido da tanga imunda, no meio de sua tribo, entre seus irmãos da mata virgem (Oliveira, 1922, p. 8).

Oliveira afirmou que “na Capital Federal um alto personagem, em conferência pública, narrou-a” e que tal lenda foi imaginada para sustentar uma “proposição falsa”: “de ser o índio incapaz de civilização” (Oliveira, 1922, p. 8), tese que ele procurou derrubar apresentando, em seguida, dados históricos sobre José Nicolino de Sousa.

Ao escrever a biografia de São Francisco de Assis, Jacques Le Goff afirmou que “nele poesia e verdade se confundem” (Le Goff, 2000, p. 45). Em se tratando de José Nicolino de Sousa, é possível dizer que nele mito e história se confundem. Em artigo publicado no jornal Folha do Norte, em 2 de abril de 1917, José Carvalho afirmava ter perguntado a certo Zacarias Pantoja, veterano da Guerra do Paraguai que residia em Faro, no oeste do Pará, “quem fora o pai do padre Nicolino”. Pantoja teria respondido: “Ah! Foi o Fragatão... um cabano terrível que sangrava e bebia quente ainda o sangue dos inimigos portugueses” (Carvalho, 1917, p. 1)⁶. Ser filho de cabano é apenas uma das muitas lendas envolvendo o nome desse índio-padre.

Uns dizem que ele nasceu em Faro, no Pará, outros dizem que foi capturado no alto Rio Branco, no Amazonas. Uns dizem que ele largou a batina e voltou à sua aldeia natal, como vimos anteriormente. Há quem diga que ele morreu asfixiado, ao entrar em uma igreja de ouro que guardava

riquezas escondidas pelos jesuítas. Para uns, foi o fundador do povoado que deu origem ao atual município de Oriximiná. Para outros, o povoado existia antes de ele chegar.

Pretende-se, nesse artigo, apresentar o índio-padre José Nicolino de Sousa em seu contexto geográfico, social, cultural e histórico, confrontando os mitos criados a seu respeito com aquilo que revelam os documentos históricos. De fato, as narrativas existentes sobre José Nicolino costumam repetir as mesmas informações, muitas vezes sem indicação de documentação que as confirme. Essas informações cristalizadas pela memória local serão aqui confrontadas com o que consta na documentação levantada em jornais do século XIX, no Cartório Ferreira, em Óbidos, no Arquivo Público do Pará e no diário deixado pelo índio-padre.

A ideia de que José Nicolino de Sousa, com terçado em punho, desbravou as terras “virgens” que hoje constituem a cidade de Oriximiná constitui o mito de origem do lugar. Conforme afirmou Lévi-Strauss (1967 [1958], p. 241), “um mito diz respeito, sempre, a acontecimentos passados”. A ação imaginária do padre de terçados em punho ocorreu, assim “durante os primeiros tempos” (Lévi-Strauss, 1967 [1958], p. 241). Tal acontecimento carrega consigo o valor intrínseco de formar uma estrutura permanente, que relaciona, ao mesmo tempo, passado, presente e futuro. O ato inaugural do padre constitui, por um lado, uma sequência de acontecimentos passados, mas que também é dotado de uma eficácia permanente: permite interpretar a situação atual de Oriximiná, ao mesmo tempo em que aponta para os lineamentos de sua evolução futura. É como se a ação fundadora do herói que, neste caso, também era padre, garantisse a grandeza futura do município. Por isso, Lévi-Strauss afirma que o mito possui uma dupla estrutura: ao mesmo tempo é histórica, eis que marcado por fatos

⁶ A Cabanagem foi uma revolta marcada por intensa participação popular, que ocorreu na Amazônia, entre 1835-1840. Descontentes com o quadro de penúria em que viviam após a independência do Brasil, negros, mestiços e índios, chamados de “cabanos”, atacaram Belém, ocupando o poder por alguns meses (Ricci, 2007). Até o início do século XX, o termo ‘cabano’ era utilizado de forma pejorativa, como sinônimo de malvado, assassino, conforme se vê na atitude atribuída a Fragatão. Para uma análise das questões raciais na Cabanagem, conferir Harris (2010).



que se deram em um tempo específico, e não histórica, posto que permite entrever o futuro⁷.

A ação heróica ou mitológica do padre José Nicolino de Sousa narra aos oriximinaenses a origem do lugar onde vivem. A repetição das mesmas informações, muitas delas ocorridas em um tempo em que tudo era possível (o tempo do mito), faz parte da eficácia do mito, do seu modo de perpetuação. Dessa forma, o herói-fundador José Nicolino é um símbolo poderoso, à medida em que encarna ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva, tal qual a análise que José Murilo de Carvalho fez da construção do mito Tiradentes no início da República no Brasil (Carvalho, 1995).

O objetivo não é conduzir a discussão em um percurso do mito à história, pressupondo maior legitimidade dessa última. A discussão da trajetória de José Nicolino de Sousa será feita, como sugere o título, entre o mito e a história, tentando compreender de que maneira ambos satisfazem determinadas aspirações coletivas. Também não se pretende desbancar José Nicolino de Sousa de seu posto de herói-fundador. Sua trajetória permite refletir sobre o processo de constituição e destruição de mitos, de tessitura de lembranças e esquecimentos, por meio da experiência de um personagem histórico específico.

O confronto entre mito e história permitirá lembrar, conforme José Murilo de Carvalho, que "(...) a formação do mito pode dar-se contra a evidência documental" (Carvalho, 1995, p. 58). Nesse sentido, importa ver a maneira como, com um pouco de distorção, fenômeno comum no processo de heroificação e criação de mitos, constitui-se

determinada memória sobre a história de um lugar, a partir da associação dos feitos (ou não feitos) de José Nicolino de Sousa com determinados valores ou aspirações coletivas.

ÍNDIO QUE NÃO DEIXOU DE SER PADRE OU PADRE QUE NÃO DEIXOU DE SER ÍNDIO?

Em Oriximiná⁸, cidade que teria sido fundada no Pará por José Nicolino de Sousa, prevalece a memória do padre herói-fundador, sendo sua origem indígena desconhecida de grande parte dos munícipes. É como padre que ele é referido em todas as publicações (Rocque, 1968, p. 1233; Oriximiná, 1977, p. 3; Maciel, 2003, p. 149) que tratam da origem do município, bem como no quadro com seu retrato exposto na igreja matriz da cidade, analisado mais à frente.

A informação sobre a origem indígena de José Nicolino de Sousa já circulava no século XIX. Em matéria publicada no Diário Oficial do Pará, de dois de dezembro de 1894, Gonçalves Tocantins afirmava que "O Padre Nicolino era filho de uma índia e, pois, descendente dessas pujantes tribos que em remotas eras dominaram como soberanas o rico vale do Trombetas" (Tocantins, 1894, p. 402). Tocantins participou de uma expedição aos rios Trombetas e Cuminá, em 1890, tendo conhecido a povoação de Uruá-Tapera e refeito o percurso do padre pelo rio Cuminá. Trata-se de importante referência, principalmente por ter sido feita por alguém que percorreu a região oito anos após a morte do religioso.

Outro autor que corrobora a origem indígena de José Nicolino de Sousa é o padre Hosannah de Oliveira, em seu livro "Lendas e factos de minha terra". Diz ele que

⁷ A apropriação das ideias de Lévy-Strauss neste trabalho é feita no sentido de associar as narrativas sobre o padre José Nicolino com o caráter universal do mito, identificável em qualquer parte do mundo, conforme demonstrou o antropólogo francês. Não se pretende fazer uma análise estrutural do mito em questão.

⁸ Uma das referências mais antigas ao termo Oriximiná foi feita por Berredo, em obra publicada pela primeira vez em 1749: "Setenta e duas léguas do rio da Madeira, pelo mesmo rumo, na altura de dois graus e quarenta minutos, deságua o das Trombetas, em outro esteiro célebre das Amazonas, que na distância de quatro léguas não excede a largura de tiro ordinário de artilharia; na boca da qual sustenta Portugal outra fortaleza da invocação de Santo Antônio, que domina absolutamente a navegação daquele grande rio; e ao dos Trombetas, tão cheio de gentio, como de pau-cravo, chama também o Padre Cunha Urixamina" (Berredo, 1988, p. 187). Em 1868, Inácio de Vilhena Barbosa confirmava a origem indígena do termo: "o rio das Trombetas, que deságua no Amazonas por duas barras, um pouco acima de Óbidos, é muito caudaloso, tem grande largura e é navegável. Outrora chamava-se Oriximiná, nome tapuya" (Barbosa, 1868, p. 245). Diz a lenda que José Nicolino de Sousa teria fundado o povoado de Uruá-Tapera, origem do município de Oriximiná.

“O padre Nicolino, tal o nome do nosso estudante indígena, foi recebido com grande satisfação por Dom Macedo Costa. Nomeado professor do Seminário, tive a dita de tê-lo por mestre” (Oliveira, 1922, p. 10). Este depoimento é bastante significativo, principalmente por Oliveira ter sido aluno de José Nicolino de Sousa e afirmar sua condição de “estudante indígena”. É dele também uma das poucas descrições da personalidade do índio-padre: “Ainda me recordo dessa figura simpática, humilde, tez morena, cabelos negros e lisos, falar descansado e possuindo um caráter enérgico, uma força de vontade indomável” (Oliveira, 1922, p. 10).

A descrição de Hosannah de Oliveira condiz com o retrato do padre José Nicolino exposto na igreja matriz de Oriximiná, conforme podemos ver na Figura 1.

José Nicolino de Sousa é retratado em pé, com o corpo levemente deslocado para a esquerda e a mão esquerda sobre a mesa. A imagem, de autoria desconhecida, registrou os cabelos lisos e negros, a tez morena. O olhar é sério, compenetrado e o ambiente sugere a sacristia, como se ele estivesse pronto para celebrar a missa. No corpo, ostenta as marcas distintivas de sua posição social: batina, estola e roquete, paramentos típicos das vestes sacerdotais católicas. Os traços físicos visíveis no retrato tornam insustentável a referência às “feições estrangeiras do religioso”, segundo comentário de João Bosco Oliveira de Almeida (2001, p. 171). Na única imagem que ficou de José Nicolino de Sousa para a posteridade sobressai a figura do padre católico, plenamente à vontade com sua condição religiosa.

Um dos principais responsáveis pela divulgação da origem indígena de José Nicolino de Sousa foi Cândido Mariano da Silva Rondon. Entre 1928 e 1929, Rondon dirigiu os trabalhos de Inspeção de Fronteiras pelo Exército brasileiro e executou o levantamento e a exploração do rio Cuminá, afluente do rio Trombetas⁹. Neste trabalho, serviram-lhe de guia os diários manuscritos de três viagens realizadas pelo padre ao mesmo rio, nos anos de 1876, 1877 e 1882 (Sousa, 1946).

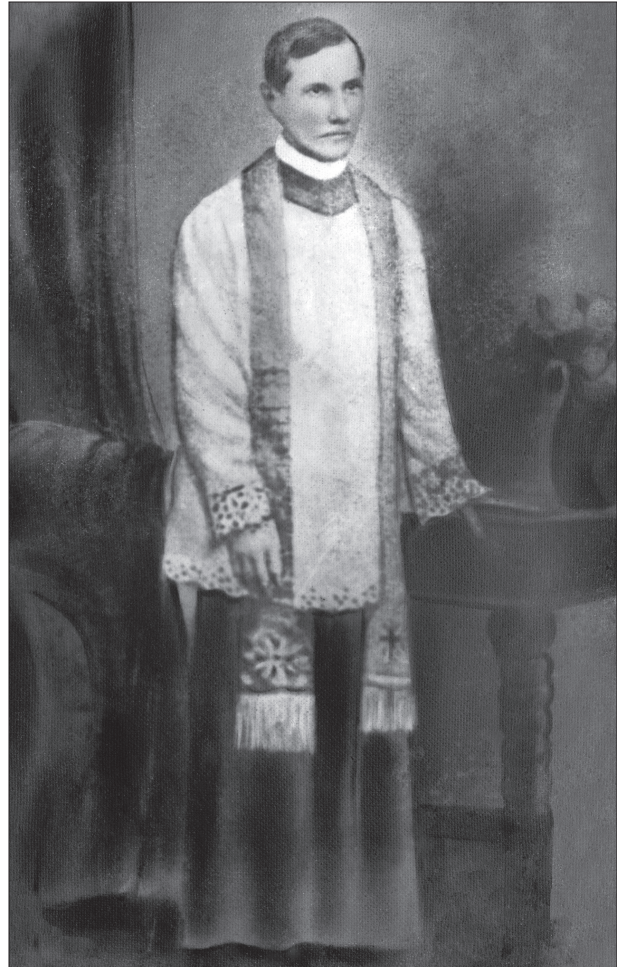


Figura 1. Retrato de José Nicolino de Sousa, na igreja matriz de Oriximiná, Pará. Autoria e data desconhecidas. Foto: Márcio Couto Henrique.

Ao que parece, Rondon só teve conhecimento da origem indígena do padre ao receber carta de Euclides Dias, então prefeito da cidade amazônica de Óbidos, em 1942. A carta do prefeito de Óbidos foi enviada a Rondon por Paulo Inglês de Sousa, irmão do poeta Herculano Inglês de Sousa (1853-1918), “como documentação histórica e comprovação da origem indígena do Padre Nicolino” (Rondon, 1946, p. 6), conforme acusou Rondon na apresentação que fez do “Diário das três viagens”, em 1946.

⁹ Para uma análise da atuação de Rondon na política de integração das regiões brasileiras ao projeto centralizador e civilizador republicano, conferir Maciel (1998).

Ao explicar o interesse que o prendia à história do padre José Nicolino de Sousa, Paulo Inglês de Sousa relatou que seu avô paterno, Marcos Antônio Rodrigues de Sousa, na condição de chefe de polícia da província do Amazonas, foi ao alto rio Branco apaziguar revolta de índios da fronteira que estariam sendo aliciados pelos ingleses da Guiana. Rodrigues de Sousa teria sido bem sucedido na expedição, reprimindo a revolta e trazendo consigo prisioneiros os dois líderes da revolta, que se intitulavam São Pedro e São Paulo, uma índia loira e de olhos azuis e “um indiozinho, de poucos anos de idade, que se batizou com os nomes de Nicolino José ou José Nicolino e adotou os apelidos da nossa família – Rodrigues de Sousa” (Sousa, 1946, p. 10).

Dizia, ainda, Paulo Inglês de Sousa que, sendo o indiozinho “muito vivo e inteligente”, foi estudar no Seminário do Pará e, de lá, o bispo D. Macedo Costa o teria enviado para o colégio dos Jesuítas, em Roma, onde teria sido ordenado padre. Em Roma, padre Nicolino teria mantido contato com um roteiro que o animou em suas expedições ao rio Trombetas.

A família Inglês de Sousa, transferindo-se para o sudeste, ignorava o paradeiro do padre. Foi lendo a obra “A Amazônia que eu vi”, de Gastão Cruls (1973), publicada pela primeira vez em 1933, que Paulo Inglês de Sousa descobriu que ele tinha feito terceira viagem, na qual faleceu, estando enterrado “numa aldeia de Trombetas” (Sousa, 1946, p. 10).

A partir da informação de que o indiozinho teria sido aprisionado na fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, Rondon acrescentou que José Nicolino “deve ser ou Macuxi ou Uapixana” (Rondon, 1946, p. 6), povos de conhecida presença naquela região. Na apresentação dos diários, Rondon, descendente de índios Bororó e Terena, refere-se ao padre como

um sacerdote que nasceu índio e se educou no meio civilizado, onde, por sua clara inteligência e por seu poder de adaptação, alcançou a posição de eclesiástico e conquistou outra de maior destaque na religião e na sociedade, como vigário das paróquias de Óbidos e de Monte Alegre, no Estado do Pará (...) (Rondon, 1946, p. 5).

Sendo ele próprio descendente de índios, note-se que Rondon se identifica de imediato com a trajetória de José Nicolino de Sousa, destacando “sua clara inteligência” e “seu poder de adaptação”, que o levaram a alcançar posição de destaque na sociedade brasileira, considerando-se o papel de um sacerdote no Brasil da segunda metade do século XIX. Ao contrário dos que defendiam a crença na “incivilizabilidade do índio” (Lima, 1937), Rondon enfatiza o quanto a trajetória do índio-padre teria sido bem sucedida no meio civilizado, tendo estudado na França, assumido o papel de vigário de, pelo menos, duas paróquias na Amazônia e deixando-nos o registro detalhado de três viagens de exploração que ele realizou a um rio então praticamente desconhecido.

Os que souberam da origem indígena do padre José Nicolino de Sousa tentaram explicar de forma biologizante e, portanto, a-histórica, a paixão do religioso pelas viagens. Logo após revelar que ele era filho de uma índia, Gonçalves Tocantins afirma que “uma força oculta e irresistível atraía sua alma contemplativa para aquelas esplêndidas regiões” (Tocantins, 1894, p. 402, grifos meus). José Carvalho, por sua vez, afirmava que o padre realizou tais viagens “obedecendo, sem dúvida, aos impulsos atávicos de sua psicologia”, eis que “sentia irresistivelmente o pendor das selvas: a necessidade orgânica de perflustrar os grandes sertões impérvios que lhe circundavam a aldeia nativa” (Carvalho, 1917, p. 1).

O próprio Rondon, na apresentação do diário das três viagens, observa que “o fato de ter o Padre José Nicolino de Sousa se entusiasmado com a leitura de um roteiro que descobriu em Roma e que lhe inspirou a ideia de atirar-se ao sertão, denota bem “a influência ancestral do sangue indígena que lhe corria nas veias” (Rondon, 1946, p. 5, grifos meus). Dessa forma, processos sociais, inclusive a ligação do padre com fazendeiros da região, interessados em utilizar os campos do Cuminá para a criação de gado, são diluídos em uma leitura fatalista da história, que acaba descaracterizando a ação de José Nicolino de Sousa enquanto sujeito histórico.

Basta ler o “Diário das três viagens” para perceber que em nenhum momento o autor se identificava como índio, muito menos se identificava com os índios, aos

quais ele se referia como “gentios”¹⁰. Assim, ele se refere à “gentia Anna Maria de Oliveira” (Sousa, 1946, p. 11), ao “gentio Porfírio de Assunção” (Sousa, 1946, p. 12), ao “índio ou gentio Pedro” (Sousa, 1946, p. 14). Do início ao fim dos registros, sobressai a figura do padre cuja missão, pelo menos em termos de discurso, era catequizar índios arredios. Não se poderia esperar nada diferente de alguém que estudou no colégio São Luís Gonzaga, em Óbidos, fundado pelo bispo D. José Afonso de Moraes Torres (1805-1865); também no seminário episcopal, em Belém, sob orientação de uma das principais lideranças da igreja católica brasileira no século XIX, D. Macedo Costa, o mesmo bispo que o enviou para concluir seus estudos eclesiásticos na França, em 1862. É preciso pensar a ausência de autoidentificação indígena de José Nicolino de Sousa dentro de seu contexto histórico.

José Nicolino foi para a França em cinco de maio de 1862, estudando no seminário de Aire. Retornou ao Brasil em dois de agosto de 1870 (Mapa..., 1873, p. 2). Foram mais de oito anos na Europa. De volta ao Pará, apoiou D. Macedo Costa nos diversos conflitos que ele enfrentou contra a maçonaria e a favor da chamada política de romanização da igreja brasileira (Neves, 2009; Monteiro, 2012).

Em 1871, D. Macedo Costa o nomeou vigário coadjutor da paróquia de Cametá¹¹. No ano seguinte, foi nomeado vigário de Bragança. Teve breve passagem por Monte Alegre e, em 1875, assumiu a paróquia de Óbidos, onde trabalhou até sua morte, em 1882, durante sua última e fatal viagem de exploração do rio Cuminá. Veja-se, portanto, que esse filho de índia faleceu deixando para a posteridade preciosos manuscritos, “judiciosamente organizados, sob escrupulosa exatidão” (Rondon, 1946, p. 5), e que seriam

utilizados como guias pelo marechal Cândido Rondon, em 1928. Este importante trabalho do “índio que não deixou de ser padre” (Ramos, 1982, p. 1) foi concluído no mesmo ano em que José Veríssimo dizia que “o índio é um indivíduo com quem a civilização não deve contar” (1970, p. 122).

Ao longo do século XX, a origem indígena de José Nicolino de Sousa foi sendo apagada. Em Oriximiná, prevalece a imagem do padre desbravador, mito fundador da cidade, com ares de santidade¹². Não à toa, seus restos mortais encontram-se na igreja matriz do município. Segundo consta no diário, ele foi enterrado às margens de um igarapé, a caminho do rio Cuminá. Gonçalves Tocantins relata ter ouvido dos antigos habitantes dos mocambos a informação: “o enterramos embaixo de uma castanheira... três anos depois voltamos, desenterramos os ossos e os levamos para a sua igreja de Uruá-Tapera” (Tocantins, 1894, p. 403). Segundo Otille Coudreau, o padre “morreu no interior da floresta virgem e não hospitaleira, próximo a cachoeira Resplendor, me disse o guia de sua expedição, o mocambeiro Joaquim Santana” (Coudreau, 1901, p. 132, tradução do autor)¹³. Antes de morrer, o padre sofria com dores no estômago e vômito, possivelmente sinais de malária, doença comum na floresta amazônica.

Em 2010, em razão de obras no piso da igreja, os restos mortais do padre José Nicolino de Sousa (Figura 2) foram trasladados do túmulo que ficava embaixo do altar-mor da Igreja Matriz de Santo Antônio para um túmulo escavado na parede esquerda, próximo da porta principal. Muitos devotos defendiam esse traslado, por acreditarem que assim os restos mortais do padre ficariam mais visíveis ao público.

O evento foi revestido de ar litúrgico, conforme se depreende da Figura 3, na qual se vê uma devota

¹⁰ “Gentio”, do latim *genitivus*, era utilizado no sentido de pagão, idólatra, selvagem, não civilizado (Grande..., 1999, p. 464).

¹¹ Offícios de autoridades eclesiásticas, 20 maio 1871. p. 1. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Série 13, Offícios, Caixa 307. Arquivo Público do Pará, Belém.

¹² Em “O Padre Nicolino e sua lenda”, José Carvalho apresentou uma “anedota autêntica” em que uma moça do município de Faro teria sido contratada para testar a castidade do padre, que recusou a todos os requebros e “lúbricos e convidativos olhares” da donzela. Para Carvalho, tal anedota poderia ser utilizada como documento comprobatório da virtude do padre, “se um dia se tratar de sua canonização” (Carvalho, 1917, p. 1).

¹³ Sobre a constituição dos mocambos e trocas culturais na região do baixo Amazonas, conferir Funes (1995).

conduzindo o pequeno caixão coberto com pano branco, com os restos mortais do padre, relíquias da memória histórica de Oriximiná e, ao mesmo tempo, da presença da Igreja Católica na região.

A parte com os tijolos à mostra, na parede, foi coberta com uma placa com dizeres referentes ao padre José Nicolino de Sousa, que pode ser vista na Figura 1. O quadro com o retrato do padre fica acima desta placa. Foi o padre Elísio Gama que divulgou as fotos em sua página pessoal na internet (Gama, s. d.), seguidas de um texto que reproduz as informações de Gonçalves Tocantins sobre José Nicolino de Sousa (1894). De um modo geral, a Igreja Católica reproduz essa versão acerca do índio-padre.

ÍNDIO WAPIXANA, MACUXI OU UABOY? PADRE JOSÉ NICOLINO RODRIGUES OU PEREIRA DE SOUSA?

Resta saber a que povo pertencia o indiozinho que teria sido aprisionado pelo chefe de polícia, Marcos Antônio Rodrigues de Sousa. Quanto a esse aspecto, a documentação histórica não corrobora o mito. Conforme vimos, na narrativa de Paulo Inglês de Sousa, seu avô Marcos Antônio Rodrigues de Sousa teria aprisionado o indiozinho em uma revolta

de índios, na fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, quando ocupava a função de chefe de polícia da província do Amazonas. Ocorre que Marcos Antônio Rodrigues de Sousa foi transferido de Óbidos, no Pará, para a província do Amazonas em 1855 (Amazonas, 1855, p. 9), mas, um ano antes, José Nicolino aparece em uma lista dos alunos matriculados no Colégio São Luís Gonzaga, em Óbidos, conforme se vê a seguir:

Aula de Latim

Professor Pe. José Caetano de Almeida

Pensionistas Internos

José Nicolino Pereira de Sousa

Clemente Baptista Ramos

Henriques da Costa Cantuária

Henrique Augusto Gomes

Joaquim Caetano da Silva = pobre sustentado pela Irmandade

Aula de Francês

Professor Pe. José Caetano de Almeida Tavares Internos

José Nicolino Pereira de Sousa

Clemente Batista Ramos¹⁴

A relação dos alunos matriculados no Colégio São Luís Gonzaga, em 1854, permite estabelecer dois contrapontos com o que se costuma afirmar sobre José Nicolino de Sousa.



Figura 2. Traslado dos restos mortais do padre José Nicolino de Sousa. Fonte: Gama (s. d.).



Figura 3. Devota conduzindo restos mortais do padre José Nicolino de Sousa. Fonte: Gama (s. d.).

¹⁴ Ofícios de autoridades eclesiásticas, 17 jul. 1854. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série 13, Ofícios, Caixa 175. Arquivo Público do Pará, Belém.

O primeiro é que é impossível ele ter sido capturado por Marcos Antônio Rodrigues de Sousa quando este era chefe de polícia no Amazonas, pois quando foi transferido para este estado, José Nicolino já era estudante em Óbidos. Existem registros documentais de que Marcos Antônio Rodrigues de Sousa chefiou uma expedição de apaziguamento de índios no Amazonas, entretanto essa expedição se deu em 1858 e não foi no alto rio Branco, e sim no rio Uapés, envolvendo índios Baniwa, Baré e Warekena. O principal líder indígena dessa revolta foi aprisionado e se autointitulava Cristo (Wright, 2005, p. 140). De todo modo, a essa altura, José Nicolino estava em Óbidos.

Existem registros de revoltas na fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, no alto rio Branco, mas estas ocorreram entre 1838 e 1840¹⁵. Nesse período, Marcos Antônio Rodrigues de Sousa estava no Pará e não era chefe de polícia, nem há indícios de sua participação no apaziguamento dessa revolta. Ainda assim, esse seria o período mais provável de captura do indiozinho, caso essa versão seja verdadeira.

É possível que a narrativa que Herculano Marcos Inglês de Sousa fez a seu filho Paulo Inglês de Sousa a respeito da captura do indiozinho tenha sido vítima das confusões que a memória opera com a passagem do tempo. Recuperemos a trajetória da narrativa: Marcos Antônio Rodrigues de Sousa contou a história a seu filho Herculano Marcos Inglês de Sousa (nascido em 28 de dezembro de 1853), que, por sua vez, contou a seu filho Paulo Inglês de Sousa, que contou a Rondon. Quando Herculano Marcos Inglês de Sousa nasceu, José Nicolino tinha por volta de 17 anos, se considerarmos

como certa a data geralmente indicada para seu nascimento (1836). Dessa forma, nem Herculano, que tinha nove anos de idade quando José Nicolino viajou para a França, nem Paulo Inglês de Sousa mantiveram contato com o índio-padre.

É possível que José Nicolino de Sousa tenha sido aprisionado no apaziguamento da revolta na fronteira com a Guiana Inglesa, no alto rio Branco e, com o passar dos anos, a memória da família Inglês de Sousa tenha operado a confusão entre o período dessa revolta (1838-1839) e o período em que Marcos Antônio Rodrigues de Sousa atuou na fronteira do alto rio Negro (1857-1858), apaziguando outra rebelião. A possibilidade de equívocos na memória da família Inglês de Sousa pode ser corroborada pelo fato de Paulo Inglês de Sousa afirmar, por exemplo, que José Nicolino foi estudar no colégio dos Jesuítas em Roma, quando documentos coevos revelam que ele estudou na França¹⁶. Afirmava também sobre as viagens do padre:

dessas sabíamos nós que havia feito duas e da segunda – dizia meu pai – que essa história me referiu reiteradas vezes, não voltara ninguém, nem Padre Nicolino nem nenhum dos seus companheiros, não se sabendo se haviam sido todos morrido de febres, mordidos de cobra ou comidos de jacarés (Sousa, 1946, p. 10).

Quando o religioso realizou sua terceira e última viagem, em 1882, a família Inglês de Sousa já havia se transferido para o sudeste do Brasil¹⁷.

O segundo contraponto que a relação dos alunos matriculados no Colégio São Luís Gonzaga permite estabelecer

¹⁵ “Para o lado da Guiana Inglesa e no alto Amazonas, outra nova espécie de agressão aparece. Teve notícia o meu antecessor de que um missionário inglês entrara no lado das possessões inglesas em terreno brasileiro e que ali fixara sua habitação e catequizava índios habitantes do território da Província; e mandando ao lugar um oficial soube por este que, enviado por uma sociedade missionária eclesiástica, cujas reuniões se fazem na Guiana Inglesa, entrara o Padre F. Jowd em terreno brasileiro habitado pelos índios Macuxis, Uapixanas e outros e os catequizava nos princípios da religião reformada de Lutero” (Pará, 1839, p. 2-3).

¹⁶ Por ocasião da morte do padre José Nicolino, o jornal católico A Boa Nova publicou nota informando que “era padre Nicolino oriundo desta diocese e depois de fazer no Seminário do Pará alguns estudos, mandou-o o nosso prelado para a França, onde concluiu o seu tirocínio teológico, no Seminário de Aire” (O padre..., 1882, p. 1).

¹⁷ De acordo com Janaína Amado, é importante distinguir entre o vivido (história) e o recordado (memória). A memória “torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro” (Amado, 1995, p. 132). É nesse sentido que compreendo as memórias acerca de José Nicolino de Sousa, não em busca de verdades históricas absolutas, mas dos significados que lhes foram atribuídos ao longo do tempo.

com o que se costuma afirmar sobre José Nicolino de Sousa diz respeito à informação de Paulo Inglês de Sousa de que o indiozinho “adotou os apelidos da nossa família – Rodrigues de Sousa” (Sousa, 1946, p. 10). Conforme se observa na lista de alunos do colégio São Luís Gonzaga, o indiozinho foi matriculado como José Nicolino Pereira de Sousa.

Além da versão que diz ter sido José Nicolino aprisionado no alto Rio Branco, podendo ser oriundo dos povos Wapixana ou Macuxi, existe outra segundo a qual ele teria nascido no município paraense de Faro, em 1836. Segundo João Walter Tavares, seria ele “descendente da tribo indígena Uaboys, que habitava a região do alto rio Nhamundá, às proximidades da serra da Lua, no município de Faro” (Tavares, 2006, p. 46). Em todo caso, o autor não apresenta comprovação documental para essa afirmação.

A propósito, em artigo sobre o município de Faro, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, José Carvalho referia-se aos índios do rio Nhamundá e afirmava que eles “demonstram por gestos e por palavras grande repulsa” pelos frades que tentaram catequizá-los. O autor dizia não querer tomar partido na discussão, mas afirmava que “o espírito ou desenvolvimento intelectual dos infelizes habitantes das selvas não comporta os resultados práticos dos transcendentais problemas filosóficos ou religiosos” (Carvalho, 1918, p. 190). Reforçava, assim, a tese da incapacidade do índio para a civilização.

Em um processo que foi movido contra José Nicolino de Sousa, em Óbidos, em 1876, consta o seguinte: “O Padre José Nicolino de Sousa, filho de Manuel Pereira de Sousa, idade quarenta anos, sacerdote vigário encomendado nesta paróquia, brasileiro natural da Vila de Faro...”¹⁸. Pelo processo-crime, é possível perceber a origem do sobrenome que lhe foi atribuído no colégio

São Luís Gonzaga, e que se tratava do sobrenome que o processo indica como sendo do pai de Nicolino. Por este documento, calcula-se que José Nicolino teria nascido em 1836. Em 1876, estava com quarenta anos de idade.

No artigo que publicou no Diário Oficial do Pará, em 2 de dezembro de 1894, Gonçalves Tocantins afirmava que “foi à margem do Jamundá, na Vila de Faro que, em humilde cabana, nascera José Nicolino de Sousa, em 10 de agosto de 1836” (Tocantins, 1894, p. 402). Conforme vimos, Gonçalves Tocantins informava que “o padre Nicolino era filho de uma índia” (1894, p. 402). Por essa versão, então, ele seria fruto da relação entre uma índia e Manuel Pereira de Sousa. Por ocasião de sua morte, alguns jornais de Belém publicaram o convite para a missa de sétimo dia, em que se dizia que

os abaixo-assinados, mãe, irmãos, cunhado e sobrinhos do Padre José Nicolino de Sousa, tendo recebido a infausta notícia do seu falecimento, convidam aos seus parentes e amigos, bem como aos do finado, a fim de assistirem a missa do 7º dia, que mandam celebrar na igreja de Nossa Senhora de Nazaré (Convite, 1882, p. 3)¹⁹.

O primeiro nome abaixo do convite, portanto, daquela que seria a mãe de José Nicolino (a menos que não haja concordância entre a indicação do parentesco e a ordem dos nomes) era o de Maria Ponciana Garcia. Em uma lista com oito nomes de parentes de José Nicolino, nenhum tinha “Rodrigues de Sousa” como sobrenome. Em “Kondurilândia”, João Bosco Almeida se ocupou em juntar argumentos para “rechaçar a usurpação do herói oriximinaense pela família Rodrigues” (Almeida, 2001, p. 173), referindo-se à atitude de Paulo Inglês de Sousa, natural de Óbidos, ao dizer que José Nicolino teria assumido o sobrenome Rodrigues de Sousa. Juntando o processo-crime com o convite da missa de sétimo

¹⁸ Rol dos culpados. Cartório de Óbidos, Pará, 1875-1907, p. 17. José Nicolino de Sousa foi acusado de abandono de cargo. No século XIX, os padres eram funcionários pagos pelo governo imperial, não podendo se afastar por muito tempo de suas funções sem a devida licença. A acusação, feita por algum desafeto, ocorreu exatamente no período em que o religioso fazia sua primeira viagem de exploração do rio Cuminá. O padre foi absolvido da acusação.

¹⁹ A lista de parentes era: Maria Ponciana Garcia, capitão Luciano Pereira de Sousa, Maria Ricarda Pereira de Sousa (caso a ordem dos nomes esteja errada, essa poderia ser a mãe de José Nicolino), Possidônio Pereira de Sousa, Benedito Pereira de Sousa, Manoel Pereira de Sousa (este nome aparece duas vezes no mesmo anúncio), Ricardo José Gomes de Sousa.



dia temos, então, os nomes dos pais de José Nicolino de Sousa: Manuel Pereira de Sousa e Maria Ponciana Garcia.

Em matéria publicada no jornal Uruá-Tapera, em 2004, Álvaro Vinente observou que “no relato da morte do padre, quem escreveu o fato nas linhas do diário chama o sacerdote de José Nicolino Pereira de Sousa. Acredito que esse erro grosseiro deveu-se ao momento emocional causado pela perda do jesuíta” (Vinente, 2004, p. 5).

Certamente, Álvaro Vinente desconhecia as informações sobre os vínculos de José Nicolino com a família Pereira de Sousa. Ao contrário, foi por conhecer tais vínculos que um dos acompanhantes registrou, depois da morte do religioso, que “Padre José Nicolino Pereira de Sousa deu conta a Deus no dia 8 de novembro” de 1882 (Sousa, 1946, p. 44)²⁰.

HERÓI-FUNDADOR DE ORIXIMINÁ?

Em quase todos os relatos sobre José Nicolino de Sousa é comum a informação de que ele foi o fundador do povoado de Uruá-Tapera, a partir do qual se originou o atual município de Oriximiná. Ainda no século XIX, Gonçalves Tocantins referia-se a Uruá-Tapera como “florescente povoação à margem esquerda do Trombetas, que poucos anos antes havia sido fundada pelo Padre Nicolino” (Tocantins, 1894, p. 401). Dizia, ainda, que “foi em dezembro de 1877 que, sendo ele então vigário de Óbidos, veio a este lugar e de terçado em punho, começou a desbravar o terreno, ajudado de alguns homens, que para esse fim havia convidado” (Tocantins, 1894, p. 401-402). Essa informação passou a ser repetida em todas as publicações posteriores que tratavam da origem de Oriximiná (Rocque, 1968, p. 1233; Carvalho, 1917, p. 1; Oriximiná, 1977, p. 3; Almeida, 2001).

Pesquisas documentais revelam que o lugar chamado Uruá-Tapera existia muito antes de o padre José Nicolino pensar em fazer suas viagens pelo rio Cumíná. Assim, por exemplo, consta em matéria publicada no jornal Treze de Maio, em que se discutia sobre lugares ideais para estabelecer colônias:

7º. Rio Trombetas, na margem esquerda do Amazonas, 4 milhas superior a Vila de Óbidos. Este grande rio é nimamente rico, tanto em produções de suas vastas florestas, como em produtos minerais e metalúrgicos, que só esperam pela visita do Geólogo, que os vá reconhecer.

O sítio de Uruá-Tapera poucas milhas superior à foz do rio, na sua margem esquerda, em frente da boca do furo Caxuiri, que deste ponto vai sair ao Amazonas duas léguas acima da boca do Trombetas e por onde devem passar todos os barcos que descerem das partes superiores do rio, é o melhor ponto para o assentamento da Colônia. Em tempos remotos já aqui existiu uma aldeia de índios e conquanto na estação das cheias apareçam febres no interior do rio, este sítio, desde a foz até léguas mais acima, é saudável e oferece mui fácil subsistência tirada do mesmo rio, dos muitos lagos que o contornam e das bastas florestas que o assombam, mui férteis de caça e fecundíssimas em toda a espécie de produtos silvestres. Fica vizinho das fazendas de gado de Óbidos e comunica-se segura e facilmente com a Vila de Faro e seus abundantes lagos pelo rio Sapucúá, que do Trombetas vara para o Nhamundá. Este Sapucúá todo crivado de lagos abunda em peixe e farinha de mandioca que constitui o seu principal comércio (Lugares..., 1853, p. 2).

Diz a lenda que José Nicolino teria fundado o povoado de Uruá-Tapera aos 13 de junho de 1877, depois de ter celebrado missa no local²¹. A matéria publicada no jornal Treze de Maio, no entanto, indica a existência

²⁰ Muito embora a morte de José Nicolino de Sousa tenha sido registrada no diário, anos depois surgiu a lenda de que ele teria morrido porque “ao penetrar na caverna onde jazem, em montão, o ouro, a prata e as pedras preciosas, recebera e aspirara as emanções envenenadas dos metais e (...) poucos momentos depois, tendo disfarçado dos companheiros a pesquisa e descoberta, voltara para a companhia dos mesmos, falecendo sem nada revelar” (Carvalho, 1917, p. 2). Até os dias de hoje, circula em Oriximiná a lenda segundo a qual o padre faleceu asfixiado depois de entrar em uma igreja de ouro (Maciel, 2003, p. 149).

²¹ Uma leitura inicial no diário escrito pelo religioso revela, de imediato, que o primeiro registro feito por ele sobre Uruá-Tapera é de 1876, data de sua primeira viagem, e não de 1877. Até o presente, 13 de junho é a data em que os moradores de Oriximiná comemoram a fundação do município, lembrando o suposto feito glorioso do padre José Nicolino. Em palestra ministrada pelo autor deste artigo na cidade, em 2012, por ocasião de mais uma efeméride, a revelação de que Uruá-Tapera já existia muito antes da chegada do padre José Nicolino causou grande impacto entre os moradores. Depois da palestra, muitos se perguntavam: “E agora, o que dizer para nossos alunos?”.

do povoado 23 anos antes de o padre realizar sua primeira viagem de exploração do rio Cuminá. É o prévio conhecimento do lugar e da região que justifica a opinião de que “é o melhor ponto para o assentamento da Colônia”.

O próprio crescimento de Uruá-Tápera torna pouco provável sua fundação pelo padre. Dois anos depois da data considerada como a de fundação do povoado (13 de junho de 1877), existem relatos sobre a construção de escola do sexo masculino no lugar (Sessão..., 1879, p. 1). Em 1884, a lancha Vianna divulgava, no jornal Diário de Belém, as viagens que fazia para a vila de Faro, “fazendo escala por Uruá-Tápera” (Lancha Vianna, 1884, p. 1). O mesmo Diário de Belém publicou notícia em que certo Gomes de Amoedo informava ter “dissolvido a sociedade que mantive com Carlos Maria Teixeira no Uruá-Tápera” (Declaro..., 1886, p. 1). Carlos Maria Teixeira era comerciante bastante conhecido e tudo indica que atuava na região do Uruá-Tápera antes da suposta fundação do lugar por José Nicolino de Sousa²². Desse modo, a criação da freguesia Santo Antônio de Uruá-Tápera, em 1886, parece muito mais coroar o crescimento do povoado desde meados do século XIX.

A principal evidência de que Uruá-Tápera não foi fundado por José Nicolino de Sousa é o próprio diário que ele escreveu. No primeiro registro do diário, referente aos acontecimentos do dia 25 de novembro de 1876, o padre indica os nomes das pessoas que o acompanharam em sua primeira viagem desde o lugar chamado Agerena e, em seguida, relata que “No Uruá-Tápera embarcaram-se José Agostinho Leandro, digo, Agostinho Moisinho e João Garcia de Sena” (Sousa, 1946, p. 11). Note-se que estas pessoas embarcaram em um lugar que já era chamado Uruá-Tápera. Considerando que os registros feitos sobre a primeira viagem são inquestionavelmente mais detalhados do que os das outras duas viagens, chama atenção o fato de o padre não se referir a nada que sugira a fundação desse lugar.

Independentemente de ter sido ou não o fundador do município de Oriximiná, sua trajetória histórica pode nos dar muitas lições. Nesse sentido, José Nicolino de Sousa é sinônimo de inteligência e poder de adaptação, conforme observou Rondon. Nascido índio, educado no meio civilizado, foi capaz de enfrentar os desafios de seu tempo, superando os limites da infância pobre no interior da Amazônia. Aprendeu latim e francês, estudou na capital da província e na Europa, concluindo com sucesso os estudos eclesiásticos, em um período em que muitos diziam que os índios eram incivilizáveis, capazes apenas de imitar o modo de vida civilizado.

Por outro lado, não só a trajetória de José Nicolino de Sousa, mas também o diário de suas três viagens constituem ferramentas fundamentais para se repensar ou ampliar a memória histórica da cidade de Oriximiná, no sentido de se incluir outros sujeitos na narrativa histórica do lugar. A destituição simbólica do posto de herói-fundador da cidade pode ser compensada por aquilo que ela permite em termos da construção de uma história mais inclusiva.

José Nicolino não foi o primeiro nem o único a percorrer os rios Trombetas e Cuminá. Ao percorrer o Trombetas, entre novembro de 1849 e janeiro de 1850, Richard Spruce contou com ajuda de “alguns índios que residiam à beira do próprio Trombetas, a fim de servirem como guias e tripulantes”. Um deles “já tinha subido o rio até o alto curso e estava familiarizado com sua navegação” (Spruce, 2006, p. 87). O presidente da província do Pará, Francisco Carlos de Araújo Brusque, informou em seu relatório que

segundo o testemunho de um explorador de nome Thomaz Antonio de Aquino, que na suposição de encontrar riquezas naquele rio subiu pelo seu principal ramo denominado Camiúá até encontrar as cachoeiras, e deste ponto em diante seguiu caminho por terra por espaço de 13 dias consecutivos; encontrou nesta paragem uma grande tribo selvagem de cor quase branca... (Pará, 1862, p. 17).

²² No Cartório de Óbidos, é possível encontrar recibos de reconhecimento de dívidas contraídas por comerciantes locais com Carlos Maria Teixeira. Um deles, datado de 18 de janeiro de 1881, foi assinado em Uruá-Tápera, portanto, cinco anos após a suposta fundação do lugar pelo padre José Nicolino de Sousa.



O mesmo relatório afirmava que tais notícias eram “confirmadas também por alguns escravos que, tendo fugido da companhia de seus senhores, foram expulsos daquela longínqua localidade, onde foram ocultar-se, pelas hordas selvagens, que ali apareceram (Pará, 1862, p. 17).

No “Diário das três viagens” (1946), José Nicolino de Sousa cita um francês chamado Jule Caillat, com quem sua comitiva se encontrou durante a primeira viagem e que também fazia expedição de exploração ao Cuminá. Por outro lado, por todo o percurso da viagem ele cita pelos nomes os negros mocambeiros que habitavam o referido rio. Doze dias depois de sair do Uruá-Tapera, refere-se ao “crioulo Lautério” (Sousa, 1946, p. 13). Nesse mesmo dia, a comitiva chega à “tapera de Joaquim Santanna”, mocambeiro que, anos depois, serviu de guia a Otille Coudreau no rio Cuminá. A viajante refere-se a ele como “famoso”, “indispensável”, aquele “que foi o guia do padre Nicolino em suas expedições” e que também guiou Gonçalves Tocantins (Coudreau, 1901, p. 18, tradução do autor). Trinta e oito dias depois da saída, o padre registra que “fomos pernoitar em uma ilha chamada pelos mocambeiros Ilha Grande” (Sousa, 1946, p. 16, grifos meus). Quarenta e oito dias depois do início da viagem ele se refere a “cachoeira do Tapió com uma ilha do mesmo nome: é assim chamada por terem ali os mocambeiros encontrado casas destas cabas” (Sousa, 1946, p. 19, grifos meus).

O contato de José Nicolino de Sousa com os mocambeiros revela um espaço habitado, nominado pelos negros fugidos do cativeiro. Por outro lado, os índios que acompanhavam a comitiva nas viagens também indicavam os nomes indígenas atribuídos a determinados lugares. Segundo Gonçalves Tocantins, “os mocambeiros tinham relações de amizade com os índios Pianocotós” (Tocantins, 1894, p. 402) e “os mais antigos dos negros fugidos haviam feito com os Pianocotós largas excursões pelas florestas” (Tocantins, 1894, p. 402). São estes negros e índios que confirmam a existência dos campos gerais e acompanham padre José Nicolino em suas viagens, servindo como mão de obra e guias. São eles que remam as canoas, caçam

e pescam, fazem a ‘varação’ (travessia) das embarcações e bagagens pelas margens dos rios quando as cachoeiras não permitiam a navegação.

A experiência de índios e mocambeiros com aquele espaço contradizia a noção de mata virgem que o padre vez ou outra expressava diante de lugares que não conhecia. Dessa forma, as viagens do padre José Nicolino expressam a experiência de trocas culturais e de interação com a natureza entre índios, negros e brancos na região. É verdade que nem sempre essa relação foi pacífica e harmoniosa, mas sempre houve espaço para interações frutíferas.

Uruá-Tapera e Oriximiná constituem resultado dessa experiência múltipla. Mais do que se preocupar em identificar um herói-fundador, importa que todos os moradores atuais se identifiquem na trajetória desses múltiplos sujeitos e se sintam todos protagonistas da história. Importa, então, recuperar a identidade indígena de José Nicolino de Sousa, valorizando-a e articulando-a às contribuições dos diversos grupos que constituíram o município. Da mesma forma, é preciso recuperar e valorizar as experiências e conhecimentos dos negros mocambeiros na região, estabelecidos em pontos de difícil acesso dos rios Trombetas e Cuminá muito antes das viagens do índio-padre. Fazer isso é alcançar exatamente o que determina a lei 11.645/08, no sentido de valorizar os

diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2008).

O esmaecimento da memória acerca da origem indígena de José Nicolino merece reflexão. Uma das ponderações que podem ser feitas diz respeito ao caráter seletivo da memória, conforme apontado por Halbwachs (1990 [1950]). Nesse sentido, importa refletir sobre como



e por quem determinados fatos sociais são solidificados e dotados de duração e estabilidade, enquanto outros são relegados ao esquecimento. O caso de José Nicolino é bastante peculiar porque, ao mesmo tempo em que faz parte da memória oficial da região, a dimensão indígena de sua trajetória aponta para a existência de uma “memória subterrânea”, que acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva (Pollak, 1989), rompendo, assim, com a ênfase na coesão presente na concepção de memória de Halbwachs (1990 [1950]).

Atualmente, a cidade de Oriximiná apresenta população de 62.794 habitantes²³. Na Terra Indígena Mapuera, cujo acesso à cidade pode ser feito de barco ou avião, encontram-se reunidos índios pertencentes aos seguintes povos: Wai Wai, Mawayana, Kaxuyana, Tiriyo, Xerew, Katwena, Hixkaryana, Karapawyana, Wapixana, Cikyana, Tunayana e Xowyana. Por conta da grande diversidade cultural, utiliza-se na escola da aldeia principal a língua Wai Wai, povo numericamente maior na Terra Indígena. Mas, nas residências ou aldeias, cada povo fala sua própria língua.

Devido ao contato que estes índios mantêm com seus parentes indígenas da Guiana Inglesa, alguns deles também falam inglês. Mas a grande maioria da população de Oriximiná passa ao largo dessas questões. Diante da pergunta “quais os povos indígenas que vivem em Oriximiná?”, a maioria da população certamente responderá: “Wai Wai”. Ocorre, portanto, uma waiwaização dos índios do município. Hixkaryana, Katwena, Tiriyo, todos são tratados como Wai Wai na cidade e parecem partir do princípio de que não vale a pena explicar a diferença aos não índios.

No ano de 2011, 45 índios estudavam nas escolas do município de Oriximiná, a maioria deles (13) na Escola Estadual Padre José Nicolino (Mota, 2012), cujo

homenageado, a essa altura, dispensa apresentação. Muitos deles enfrentam fortes preconceitos e preferem esconder a identidade indígena. Vejamos, por exemplo, o depoimento da estudante Samara Wai Wai:

Meu nome é Samara Wai Wai. Tenho 17 anos, estudo na Escola Pe. José Nicolino. Bem, vim para a cidade aos 13 anos para terminar o Ensino Fundamental e quando entrei na escola e na sala de aula e todo mundo me olhava e não falava comigo, fiquei com muita vergonha! Tive muita dificuldade, só que não falava nada para ninguém e a professora sabia, só não dava muita bola. Quando vim para o Escola Pe. José Nicolino para iniciar o Ensino Médio, aí é que eu senti o preconceito. Um dia falaram: “volta para tua tribo, vai pescar com arco e flecha”. Deu vontade de desistir, mas minha mãe disse que eu sou o que sou e ninguém tem direito de me ofender. Sei que tem pouco índio nas escolas daqui da cidade e que alguns têm até vergonha de dizer que é índio, por medo de servir de chacota para a turma. Estar na escola da cidade é uma batalha que luto só²⁴.

O que essa reflexão tem a ver com o padre José Nicolino de Sousa? Por meio de uma narrativa mais inclusiva sobre as origens do município, certamente os moradores se identificarão com a história do lugar, terão orgulho em afirmar que aquele que é considerado o fundador da cidade era índio e que contou com o conhecimento de muitos outros índios e negros no desbravamento que revelou de forma sistemática, pela primeira vez, as riquezas da região. Esses índios do século XIX que ajudaram a construir Oriximiná não eram incivilizáveis, não eram incapazes de aprender, como também não o são os índios de hoje²⁵.

A história de José Nicolino de Sousa, independentemente dos mitos a ela associados ao longo do tempo, expressa, em certa medida, a história da região, marcada por constantes e enriquecedoras trocas culturais entre

²³ O sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) reproduz o mito fundador de Oriximiná: “O atual município de Oriximiná, localizado na zona fisiográfica do baixo Amazonas, teve início em 1877, quando o Padre José Nicolino de Sousa, natural de Faro, desbravou a região e fundou uma povoação denominada Uruá-Tapera ou Mura-Tapera, à margem esquerda do rio Trombetas”.

²⁴ Entrevista concedida a Adjair dos Santos Mota (2012).

²⁵ Em 2010, Arciro Waytia Wai Wai tornou-se o primeiro estudante indígena do município de Oriximiná a ser beneficiado pelas cotas e cursar Medicina na Universidade Federal do Pará (Pinto, 2010).

brancos, negros e índios. Essa versão da história poderia, por exemplo, ser ensinada na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Indígena Wai Wai, situada na Aldeia Mapuera, e que em 2011 tinha 777 alunos indígenas matriculados (Mota, 2012). Enfatizar essas trocas culturais seria pedagogicamente mais enriquecedor do que reproduzir antigas e combatidas práticas cívicas, tais como o desfile de 7 de setembro, ainda realizado na aldeia Mapuera.

Esse pode ser um caminho para iniciar o processo de afirmação/valorização da identidade indígena da região e de deswaiwaização dos índios do município. Assim, os índios não precisariam mais esconder sua identidade indígena nas escolas de Oriximiná e Samara Wai Wai não teria mais razões para dizer: “Estar na escola da cidade é uma batalha que luto só”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a gentileza de Jorge Ary de Almeida Ferreira, proprietário do Cartório Ferreira – 2º Ofício, em Óbidos, e de Graci Chaves de Sousa, funcionária do referido cartório, pelo livre acesso à documentação e pela receptividade durante a pesquisa neste município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Bosco Oliveira de. **Kondurilândia**: ideias e registros na gênese da nova unidade federativa no Oeste do Pará. Oriximiná: Fundação Ferreira de Almeida, 2001.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

AMAZONAS. **Exposição feita ao Ex. 1º Vice-presidente da Província do Amazonas, o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo presidente o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 11 de março de 1855**. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1855.

AMOROSO, Marta. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 101-114, 1998.

BARBOSA, Inácio de Vilhena. **Archivo Pittoresco**. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão, 1868.

BARBOSA, João Alexandre Costa. **Linguagem da crítica & crítica da linguagem**. Um estudo de caso brasileiro: José Veríssimo. 1970. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. 4. ed. Rio de Janeiro: ALUMAR, 1988.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 mar. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José. Faro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, anno II, fascículo II, p. 185-195, out. 1918.

CARVALHO, José. O Padre Nicolino e sua lenda. **Folha do Norte**, Belém, 2 abr. 1917. p. 1.

CONVITE. **Diário de Belém**, Belém, 17 dez. 1882. p. 3.

COUDREAU, Otille. **Voyage au Cuminá**. Paris: A. Lahure, 1901.

CRULS, Gastão. **A Amazônia que eu vi**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

CULERRE, Padre Augusto João Maria. Parte Oficial. **A Boa Nova**, Belém, 17 dez. 1882. p. 1.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DANIEL, Padre João. Tesouro descoberto no rio Amazonas. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 95, tomo I, p. 5-437, 1975.

DECLARO... **Diário de Belém**, Belém, 5 set. 1886. p. 1.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **História de Óbidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FUNES, Eurípides. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 1995. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GAMA, Padre Elísio. **Pe. José Nicolino de Sousa**. [s. d.]. Disponível em: <<http://www.elisogama.com/josenicolino/index.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

GRANDE Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.



- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990 [1950].
- HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, race, and popular culture in the North of Brazil, 1798-1840**. New York: Cambridge University Press, 2010. (Cambridge Latin American Studies, 95).
- HENRIQUE, Márcio Couto. Sem Vieira, nem Pombal: memória jesuítica e as missões religiosas na Amazônia do século XIX. **Asas da Palavra**, Belém, v. 10, n. 23, p. 209-233, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**: Pará, Oriximiná. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150530>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- LANCHA VIANNA. **Diário de Belém**, 19 jun. 1884. p. 1.
- LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967 [1958].
- LIMA, Araújo. **Amazônia: a terra e o homem**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- LUGARES para colônias. **Treze de Maio**, Belém, 29 nov. 1853. p. 2.
- LUSTOSA, Dom Antonio de Almeida. **No estuário amazônico: à margem da visita pastoral**. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1976.
- MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.
- MACIEL, Orivaldo. **Contos da minha terra**. Oriximiná: GACUT, 2003.
- MAPA dos alunos... **A Boa Nova**, Belém, 6 dez. 1873.
- MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **A maçonaria e a campanha abolicionista no Pará**. São Paulo: Madras Editora Ltda., 2012.
- MORAES, Felipe Tavares de. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- MOTA, Adjair José dos Santos. **Alunos indígenas: integrados ou apenas inseridos?** 2012. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- NEVES, Fernando Arthur de. **Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Padre Hosannah de. **Lendas e factos de minha terra**. Petrópolis: Centro da Boa Imprensa, 1922.
- O PADRE José Nicolino de Souza. **A Boa Nova**, 17 dez. 1882. p. 1.
- ORIXIMINÁ. Prefeitura Municipal de Oriximiná. **1º Centenário de Oriximiná**. Oriximiná, 1977.
- PARÁ. **Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Maria Correa de Sá e Benevides pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875**. Belém: Travessa de S. Mateus, 1875.
- PARÁ. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de setembro de 1862**. Belém: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.
- PARÁ. **Discurso recitado pelo Exm. Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco, presidente da Província do Pará, quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839**. Belém: Typographia de Santos e Menor, 1839.
- PINTO, Ericka. Alunos indígenas são contemplados com bolsas. **Portal UFPA**, 13 set. 2010. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=4077>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia eclesiástica do Pará**. Belém: Falangola, 1985.
- RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. O índio que não deixou de ser padre. **Voz de Nazaré**, 19 dez. 1982. p. 1.
- RAYOL, Domingos Antonio. Catequese de índios no Pará. Barão do Guajará. **Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará**, Belém, tomo II, p. 117-183, 1968 [1902].
- RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.
- ROCQUE, Carlos. **Grande Enciclopédia da Amazônia**. Belém: Amazônia Editora Ltda., 1968.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. Apresentação. In: SOUSA, José Nicolino de. **Diário das três viagens (1877-1878-1882)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- SESSÃO ordinária em 1º de julho de 1879. **A Constituição**, Belém, 19 jul. 1879. p. 1.
- SOUSA, José Nicolino de. **Diário das três viagens (1877-1878-1882)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.



SPRUCE, Richard. **Notas de um botânico na Amazônia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

TAVARES, João Walter. **Inventário cultural, social, político e econômico de Oriximiná**. Oriximiná: Gráfica e Editora Andrade, 2006.

TOCANTINS, Gonçalves. Rio Cuminá: recordações. **Diário Oficial do Pará**, Belém, 2 dez. 1894.

VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Belém: UFPA, 1970 [1878].

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906 [1890].

VINENTE, Álvaro. Oriximiná tem certidão de nascimento. **Uruá-Tapera**, Oriximiná, 4 dez. 2004, p. 5.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, p. 21-74, 1992.

WRIGHT, Robin. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.